



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO

O negro escravo no Brasil

Autor: Edison Carneiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Edson Carneiro

Cr\$ 150.000,00

1ª prestação - Cr\$ 37.500,00 - setembro/59
2ª " - Cr\$ 37.500,00 - novembro/59

O NEGRO ESCRAVO NO BRASIL

Edison Carneiro

Há alguns anos venho-me dedicando à solução de um problema que supenho de capital importância para o entendimento de certos aspectos da realidade brasileira:

—Como explicar, nas condições peculiares do Brasil, a marcante e variada presença do negro em determinados setores da nossa cultura ?

A resposta à ~~questão~~ questão foi surgindo no curso de vários trabalhos que tenho empreendido, especialmente no campo da história, da etnografia, do folclore, e em estudos de antropologia cultural.

Oportunidade do problema

~~_____~~

Durante mais de três séculos o negro facilmente se confundiu com o escravo e como tal foi tratado em documentos oficiais, em estudos e depoimentos sobre o Brasil, em panfletos, discursos e livros dos abolicionistas, nas leis que resultaram da campanha humanitária destes últimos. Os aspectos culturais das tribos africanas aqui representadas — línguas, costumes, tradições tribais, problemas de adaptação, etc., — mereceram referências quase que somente em papéis oficiais e públicos e, em menor escala, em crônicas de viajantes estrangeiros. Tardamente, já na República, despertamos para a realidade humana e social do negro brasileiro.

Infelizmente, os historiadores continuaram a tradição abolicionista, vendo, não o negro, mas o escravo. ^{Em geral,} ~~historiadores~~ deixaram ^{le} levar pela bacharelise abolicionista — e gastaram muitas das suas páginas, e certamente do seu êlan, com a escravidão na Idade Antiga, como ainda recentemente o fez um deles. Ferdigão Malheiro, que participa das duas categorias, como abolicionista e como historiador, lhes serviu de paradigma, com a sua obra em três volumes, sobre a escravidão (greco-romana) em si, a escravidão do índio e a escravidão do negro, este último com um duplo objetivo, de realçar os benefícios trazidos ao país pela extinção do tráfico e de demonstrar a ne-

cessidade da lei que depois se chamou de ventre-livre. Uns se incumbiram de mover o coração dos seus leitores com as brutalidades da escravidão; outros, de cantar as glórias dos abolicionistas; e outros, enfim, de inventariar o total de africanos chegados com o tráfico...

Em fins do século passado, atendendo ao apêlo de Silvio Romero, entraram em cena os etnógrafos. Nina Rodrigues publicou o seu trabalho pioneiro sobre as religiões do negro na Bahia e em seguida se lançou a uma obra de maior fôlego, Os Africanos no Brasil, que deixou pronta para impressão na Bahia antes de partir ao encontro da morte em Paris. Dessa obra salvou-se parte, publicada, não em 1905, mas em 1932. Durante êsses longos 27 anos a cultura brasileira, que mal começava a interessar-se pelos problemas nacionais, tomava conhecimento de questões e teorias que, embora já angustiassem o mundo, só viriam a apresentar-se como problemas, aqui, alguns anos depois. Artur Ramos, que continuou os estudos de Nina Rodrigues, esteve a princípio mais interessado em interpretações e conclusões, como psicanalista, e não na pesquisa dos dados — dos inúmeros dados — que faltavam para poder tentar essas interpretações e conclusões. A crítica a O Negro Brasileiro fez com que Artur Ramos se decidisse pela abordagem antropológica. Era tarde, porém. Tendo de aprender outra técnica — ao mesmo tempo que mantinha o seu consultório psicanalítico — não lhe foi possível aprofundar o conhecimento da realidade brasileira, por um lado, nem livrar-se da simples comparação mecânica de culturas, que supunha ser a diretriz de Nina Rodrigues e a que, em muitas ocasiões, tentou dar precedência sobre a dinâmica do contate cultural, e mais especialmente a aculturação.

~~Supõe-se um pesquisador que se ocupou de estudar o gaito — de um gaito particular. Supõe-se que ele tentou fazer uma comparação com o gaito de outro país. Supõe-se que ele tentou fazer uma comparação com o gaito de outro país. Supõe-se que ele tentou fazer uma comparação com o gaito de outro país.~~

E, entretanto, o trabalho de base não se fez.

Permito-me transcrever trechos do trabalho que apresentei à I Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, 1953), propondo uma re-orientação dos estudos do negro:

"... o negro, por força de circunstâncias histó-

ricas, jamais estêve isolado do resto da população — nem mesmo quando se refugiou nos quilombos ou se lançou à insurreição armada. Como estudá-lo, portanto, senão como uma das parcelas do povo, como um dos elementos do quadro social, como um dos detalhes da paisagem? A valorização inconsiderada do negro, a que assistimos nestes últimos vinte anos, não levou em conta a reciprocidade de influências. Se certas formas culturais africanas permaneceram, outras desapareceram por completo. Se o negro, com a sua presença, alterou certos traços do branco e do indígena, sabemos que estes, por sua vez, transformaram tóda a vida material e espiritual do negro...

"... O interêsse com que nos devemos lançar à pesquisa não deve cifrar-se, mecânicamente, à descoberta de sobrevivências, nem à verificação sumária da influência do negro, mas captar os processos atuais, de cada época e de cada região, por meio dos quais certos traços se conservaram em relativo estado de pureza, outros pereceram e ainda outros, dotados de maiores atrativos, encontraram o caminho para a sua aceitação social."

Levantando a história social da escravidão do ângulo particular da assimilação e da ascensão social do negro, querendo captar êses processos, tendo em vista a reciprocidade de influências.

Antecedentes

A primeira pista ^{segura} para a solução do problema que me proponho surgiu quando, por solicitação do professor Josué de Castro, então presidente da Comissão Nacional de Alimentação, comecei a estudar a etnogênese dos pratos e iguarias que nos acostumamos a chamar africanos. Eu não desejava levantar receitas, nem avaliar o seu teor energético. Interessava-me descobrir como, quando e por que os quitutes da Bahia e do Maranhão tinham

surgido na dieta do brasileiro.

Tive de estudar a alimentação do escravo e isto me envolveu em problemas correlatos, de trabalho, de vida social, de liberdade, que naturalmente se ligavam a problemas gerais, de produção e de mercado, de população e de desenvolvimento econômico e social. As preferências do tráfico e as mudanças de interesse econômico que nortearam o desenvolvimento das várias regiões brasileiras foram tópicos obrigatórios nesse estudo. A circunstância de ter sido a Bahia o porto de chegada dos negros da Costa da Guiné, ou da Mina, que são em grande parte responsáveis por essas iguarias, impôs o estudo de todos êsses problemas em plano local; mas, como era da Bahia que os negros da Costa da Mina se encaminhavam para a mineração, e posteriormente para os serviços domésticos nas cidades do Nordeste, a análise se estendeu a toda esta grande área de presença do negro sudanês. Tendo já investigado os cultos e o folclore, do ponto de vista dos grupos sudanês e banto, eu me considerava em condições de poder atribuir, com justiça, ~~o~~ a um e a outro, aquêles elementos com que na realidade contribuíram para a cultura brasileira.

Vi-me, de repente, ante um problema novo. Passado quase um século após a cessação do tráfico, aquilo que era, talvez, uma contribuição tribal havia tomado, já, outro caráter, como elemento cultural nacional, — ou seja, não pertencia mais a esta ou àquela tribo, mas assumira um tom geral, que às vezes se circunscrevia ao negro, outras vezes participava de toda a nossa cultura. Como explicar êsse problema, senão pelos caminhos da assimilação? E, portanto, quais os processos pelos quais o negro se assimilou à sociedade brasileira?

Ora, ao raiar a República, já era patente a contribuição cultural do negro. Não somente o negro se assimilara à sociedade brasileira: ascendera socialmente também, começando a competir com o antigo senhor. Como teria o negro encontrado o seu caminho para a ascensão social, para se transformar de escravo em cidadão?

Partindo da indagação de como o negro colorira a dieta do brasileiro, eu tinha divisado novos, mais amplos e mais ricos horizontes. Explorei os novos caminhos em trabalho apresentado à I Reunião de Antropologia, em aulas no curso de Antropologia do Museu de Índio e no Curso de Pesquisa-

dores Sociais do CBPE, em conferências no II Seminário de Estudos Mineiros da Universidade de Minas Gerais, no Instituto de Pesquisas Educacionais da PDF e na Associação Cultural do Negro, de São Paulo, em artigos e ensaios vários, em curso sobre o legado do negro nas Faculdades de Filosofia de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná.

Esta experiência me deu, recentemente, a possibilidade de demonstrar a unidade, em plano nacional, dos cultos de origem africana no Brasil, combinando a análise histórica à análise etnográfica, e de fazer o levantamento das formas nacionais assumidas pelas danças angolenses e conguesas primitivamente chamadas batuque.

Plano de exposição

O trabalho dividir-se-á em quatro partes:

- O tráfico de escravos
- Assimilação
- Ascensão social
- A campanha abolicionista

Esta divisão ~~tem por~~ ^{tem por} / fim ~~de~~ preencher, lateralmente ao tema central, — a assimilação e a ascensão social do negro, — determinadas lacunas ~~do~~ / nosso conhecimento geral sobre a escravidão, sem o que o estudo se tornaria quase impossível.

A parte final, por exemplo, será uma tentativa de reduzir às suas verdadeiras proporções o esforço dos abolicionistas.

Assimilação e ascensão social

A assimilação supõe maior compulsão do senhor sobre o escravo; a ascensão social supõe uma crescente liberdade do escravo em relação ao senhor.

Enquanto o negro foi o braço agrícola, a obra de assimilação não encontrou empecilhos para a anulação das diferenças tribais entre os escravos. O período que podemos chamar de assimilação forçada estendeu-se, praticamente, até a primeira metade do Século XVIII. A partir de então, a crescente urbanização do negro começa a partir os vínculos antigos — e a produzir a revalorização dos padrões tribais, africanos, de cultura. A assimilação continua o seu curso, mas não sem entraves, como outrora: o negro, mais livre, resiste melhor à imposição da língua, da religião, dos costumes. Podemos dizer, assim, que a escravidão funcionou, ao mesmo tempo, como niveladora e como selecionadora de traços culturais do negro.

A assimilação prepara o caminho para a ascensão social. Esta se faz, pensosamente, à medida que se estabelecem relações primárias (de confiança e de respeito mútuo) entre senhor e escravo e, finalmente, com a alienação e a socialização do trabalho do escravo (negro de ofício, negro de aluguel, negro de ganho).

Nesta perspectiva tomam forma e sentido os processos de assimilação e de ascensão social.

a) Assimilação

~~Resumo~~ Entre outros, serão considerados os seguintes fatores de assimilação:

— o trabalho (cana de açúcar, ouro e diamantes, algodão, café, pesca da baleia, artes e ofícios, atividades de tipo industrial, prestação de serviços, etc.);

— a língua;

— a religião;

— as relações de família;

— o serviço militar;

e, naturalmente, a moldura natural do quadro da assimilação,

— a vida social brasileira.

b) Ascensão social

Os fatores de assimilação constituem, por sua vez, os caminhos de ascensão social do negro.

A compulsão do trabalho, que foi a mais constante, impôs a língua, a

alimentação, o traje, os hábitos de trabalho e de repouso, as relações familiares, a etiqueta, a disciplina e os castigos, e até certo ponto a religião, mas, dependendo da atividade econômica principal, da maior ou menor tradição, como senhor, dos responsáveis pelo trabalho (em Minas Gerais, por exemplo, ~~os~~ ^{muitos} mineradores eram novatos na posse de escravos), do grau de interesse que a exploração econômica despertava no momento histórico, o negro encontrou, nessas mesmas ~~em~~ compulsões, oportunidades diversas de ascensão social. ~~Os tipos de trabalhadores criados pela escravidão correspondem, se bem examinados, não somente a fases determinadas do trabalho social~~

O trabalho, por si mesmo, criou na massa escrava distinções que serviriam como degraus para a liberdade:

- o negro de campo;
- o negro de ofício;
- o negro doméstico.

Este último, que, embora mais próximo do senhor, estava também mais longe do trabalho produtivo, deu dois subtipos nas cidades:

- o negro de aluguel;
- o negro de ganho.

Os tipos de trabalhadores ~~criados~~ criados pela escravidão correspondem, se bem examinados, não somente a fases determinadas do trabalho social ^{mente} ~~necessário~~, mas também à especialização e à diversificação do trabalho. O negro de campo fez o braço agrícola — não apenas a bête de carga, mas o trabalhador mais sujeito à discrição do senhor. Ainda em plena fase do café, era o senhor quem dispunha da sua vestimenta, da sua alimentação, da sua habitação, do seu tempo. Ao negro de campo estão associados os castigos mais atrezes, as brutalidades mais terríveis. O feitor não tem sentido fora do campo. Ao lado do negro de campo, houve sempre o negro de ofício. Este era o trabalhador qualificado: nos primeiros anos, o homem da moenda de açúcar, em seguida especializado em profissões ancilares, barbeiro, se- leiro, colchoeiro, ferreiro, pedreiro, etc., as negras em cozinheiras, doceiras, costureiras. O padrão de vida do negro "de partes" ou "oficial" sempre foi o duplo do do negro de campo e o seu preço ultrapassava de muito o do seu colega do eito. Embora trabalhasse para o senhor, e servisse, como os demais escravos, às necessidades gerais, o negro de ofício gozava de relativa liberdade e, eventualmente, podia trabalhar para estranhos e

7
racial

melhorar os seus rendimentos. Já o negro doméstico, produto da ociosidade a que as flutuações do mercado internacional forçavam a nossa economia, es-
têve mais próximo ainda do senhor do que o negro de campo, mas em relação completamente diferente. Pagem, moço de recados, capanga, criado, quando ^(balá, cozinheira) homem, ^{micama,} quando mulher, — entre esaravos e senhores se desenvolve-
ram relações primárias, que se traduziram em "crias da casa", "afilhados", "pessoas de confiança", etc., a quem o senhor preferia nas suas demonstra-
ções de generosidade.

~~Os excedentes do negro doméstico deram, nas cidades, o negro de aluguel e o negro de ganho: os primeiros eram preparados, cuidadosamente, pelo senhor, para o serviço doméstico de outrem; os segundos sur-
gem quando, esgotadas as possibilidades de preparo ^{de} negros para determi-
nadas ocupações, o senhor se viu na contingência de aceitar propostas dos seus escravos, no sentido de poder ganhar a vida de acôrdo com a sua inici-
tiva individual, pagando-lhe certa quantia por semana. ~~Os~~ O negro de aluguel rendia ^{um} ^{certo} dinheiro ^(ao senhor) ~~o~~ ^{2/3} (pelo seu preparo, ^{estava} ~~o~~ / mais a salvo tanto do seu arbítrio como ^{do} dos senhores eventuais, ^{mas} ~~o~~ o negro de ganho vivia à sua custa, muitas vèzes sem avistar o senhor senão quando, ao fim da semana, lhe levava as patacas devidas. Esta ^{progressiva alienação} ~~circunstância~~ do trabalho / somada à urbanização ^{do elemento servil,} / resultante das flutuações do mercado exterior, explica por que o Treze de Maio beneficiou apenas 750 000 negros, menos de um décimo da população de côr.~~

eravo,
///

O negro brasileiro

Uma constatação que tem escapado aos ~~estudiosos~~ estudiosos do negro é a de que sòmente quando teve mais liberdade, já como negro doméstico, pôde o escravo exercer a sua tão propalada "influência". Não foi o negro desta ou daquela tribo, mas o negro brasileiro o responsável pela presença dos traços culturais que agora consideramos africanos. Durante a escravidão ~~o negro~~ distinguam-se o negro novo (recôm-chegado), ladino (africano já mais ou menos assimilado) e crioulo (nascido no Brasil). A êstes dois últimos, e muito mais ao crioulo do que ao ladino, devemos a herança cultural africana.

Difícilmente encontraremos um elemento cultural africano que não acuse, numa proporção qualquer, o contato com a cultura brasileira. Até mesmo os quilombos, movimentos contra-aculturativos, de reafirmação dos valores nativos da África, revelam a presença brasileira, nas ^{e instrumentos} armas / empregadas, ~~o~~ nos métodos de agricultura, nas fortificações militares (redutos).

~~Como~~ Como poderia a negra, que ainda nas plantações de café trazia apenas uma tanga sôbre os quadris, passar ao traje da crioula (baiana), senão depois de penetrada da cultura brasileira? Como disseminar na população branca as iguarias que chamamos africanas, senão no gôzo de uma relativa liberdade de iniciativa como cozinheira, ~~uma~~ negra doméstica? De que modo aprender artes e ofícios mecânicos, preparar-se para o desempenho de tarefas especiais (barbeiro, ferreiro, calafate, etc.), ganhar a ~~finura~~ ^{cabra} de trato necessária para bem servir como pagem, mucama, ~~uma~~ de confiança, guarda-costas? Os vários cultos tribais foram suprimidos pela escravidão, enquanto o negro não teve a liberdade necessária para instaurá-los fora da área de arbítrio do senhor; quando isso acontece, porém, o culto dominante, de tipo nagô, já não é inteiramente africano, ~~reintegrando-se~~ ^{reintegrando-se pela} religião católica ~~para sobreviver, pois alguns~~ para sobreviver, ~~pois alguns~~ participando dela.

~~As formas de luta africanas fundem-se com formas de luta européias e indígenas para dar a capoeira, que desde o nome denuncia a sua caracterização final no Brasil. E, vivendo a vida popular das cidades, o negro se mistura a tôdas as suas manifestações, enterros, casamentos, festas tradicionais, cerimônias de todo tipo, transmitindo e aceitando traços culturais, como elemento participante dela.~~

O tráfico de escravos

Para situar o problema, pareceu necessário iniciar o livro com o exame do tráfico de escravos.

Infelizmente, ninguém tentou ainda um estudo dêsse vasto empreendimento comercial que, a despeito de todos os seus aspectos brutais e dolcresos, trouxe para o Brasil negros fortes, sadios e afeitos ao trabalho. Poucos brasileiros haverá que sejam capazes de apontar no mapa da África as áreas do tráfico, quanto mais os portos freqüentados pelos tumbeiros e o habitat das várias tribos que aqui se representaram. Esse trabalho já devia estar feito, mas não está — não se pode considerar como tal o livro de Afonso de Taunay. Assim, o livro tentará mostrar:

- as sucessivas etapas do conhecimento da África pelos portugueses e os seus estabelecimentos na Costa;
- o comércio da Guiné;
- o comércio de Angola e da Contra-Costa (Moçambique);
- o comércio da Costa da Mina;

- o dinheiro do tráfico;
- as companhias de navegação;
- história sucinta e importância relativa (na África) das tribos importadas;
- os fortes de Ajudá e da Mina;
- mortalidade de escravos nos tumbeiros;
- mercados e leilões de escravos;
- marcas de nação;
- preços e marcas de escravos;
- distribuição de escravos no Brasil;
- condições e peripécias da travessia marítima.

A campanha abolicionista

Como parte final do livro, haverá uma análise serena e objetiva da campanha abolicionista.

As declamações de então continuam a rebear ainda agora — e para muita gente a escravidão foi apenas, como o faziam crer os abolicionistas, os castigos, as brutalidades e as desumanidades do senhor.

Esta parte do livro tentará mostrar como e por que surgiu a idéia abolicionista, as vacilações dos seus líderes, a transigência com o Trono por ocasião da guerra com o Paraguai, a senectude das leis do ventre-livre e dos sexagenários e o verdadeiro valor do Treze de Maio, "o fruto que pendia de apodrecido", como escreveu Sílvio Romero.

E, por outro lado, tentará avaliar a contribuição positiva, das juntas de alforria e das sociedades de José do Patrocínio e Antônio Bento, para a libertação de escravos.

A abolição parcial (Ceará e Amazonas) será examinada nas suas verdadeiras proporções, assim como a batalha judiciária pela liberdade dos "ingênuos".

Fontes

10

As fontes a utilizar no trabalho serão, principalmente,

— as crônicas de período colonial, como, entre outras, « Cultura e O- pulência do Brasil, de Antonil, a Notícia da capitania da Bahia, de Jpsé Antônio Caldas (1759), as Cartas de Vilhena, a Viagem de África em o reino de Dahomé, ~~documentos~~ etc.;

— as crônicas de via jantes estrangeiros, Eschwege, Mawe, Débret, Ru- gendas, Maria Graham, Koster, Ribeyrolles, Pohl, ^{SZAKHETI} etc.;

— os panfletos abolicionistas, como a Memória analítica acêrca do co- mércio d'escravos e acêrca dos males da escravidão doméstica, de Burlama- qui, a Carta aos fazendeiros e comerciantes fluminenses sôbre o elemento servil, o Manual do Elemento Servil, de Miguel Tomás Pessoa, etc.;

— os depoimentos brasileiros do século passado, como Viagens e obser- vações de um brasileiro, de Antônio Moniz de Souza, a Memória sôbre a fun- dação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, do barão de Pati do Alferes, etc.;

— os documentos históricos, do Grão-Pará, do Livre Grosse do Maranhão, dos códices mineiros, as atas da Câmara da Bahia, Cartas Régias, etc.;

— os estudos contemporâneos, de Afonso de Taunay, de João Dornas Fi- lho, de Stanley Stein, de Giro de Pádua, de Luís Viana Filho, de J. F. da Silva Lima, de Maurício Goulart, etc.;

— os trabalhos estrangeiros contemporâneos de Maria Archer, de Ed-

~~_____~~
mundo Corrêa Lopes, de Bascom, de Herskovits, de Ruth Landes, etc.

Evidentemente, dou aqui apenas algumas das fontes a utilizar, sem a preocupação de arrolá-las tôdas, mas de caracterizá-las.

Foi mimeografada
uma cópia tal
cada deste relatório.
RM
19/11/59

O NEGRO ESCRAVO NO BRASIL

Edison Carneiro

Há alguns anos venho-me dedicando à solução de um problema que supponho de capital importância para o entendimento de certos aspectos da realidade brasileira:

— Como explicar, nas condições peculiares do Brasil, a marcante e variada presença do negro em determinados setores da nossa cultura ?

A resposta a esta questão foi surgindo no curso de vários trabalhos que tenho empreendido, especialmente no campo da história, da etnografia, do folclore, e em estudos de antropologia cultural.

Oportunidade do problema

Estamos terrivelmente atrasados em relação a este problema.

Durante mais de três séculos o negro facilmente se confundiu com o escravo e como tal foi tratado em documentos oficiais, em estudos e depoimentos sobre o Brasil, em panfletos, discursos e livros dos abolicionistas, nas leis que resultaram da campanha humanitária destes últimos. Os aspectos culturais das tribos africanas aqui representadas — línguas, costumes, tradições tribais, problemas de adaptação, etc., — mereceram referências quase que somente em papéis oficiais e públicos e, em menor escala, em crônicas de viajantes estrangeiros. Tardamente, já na República, despertamos para a realidade humana e social do negro brasileiro.

Infelizmente, os historiadores continuaram a tradição abolicionista, vendo, não o negro, mas o escravo. Muitos se deixaram levar pela bacharelise abolicionista — e gastaram muitas das suas páginas, e certamente do seu élan, com a escravidão na Idade Antiga, como ainda recentemente o fêz um deles. Perdigão Malheiro, que participa das duas categorias, como abolicionista e como historiador, lhes serviu de paradigma, com a sua obra em três volumes, sobre a escravidão (greco-romana) em si, a escravidão dos índios e a escravidão do negro, este último com um duplo objetivo, de realçar os benefícios trazidos ao país pela extinção do tráfico e de demonstrar a ne-

cessidade da lei que depois se chamou do ventre-livre. Uns se incumbiram de mover o coração dos seus leitores com as brutalidades da escravidão; outros, de cantar as glórias dos abolicionistas; e outros, enfim, de inventariar o total de africanos chegados com o tráfico...

Em fins do século passado, atendendo ao apêlo de Sílvio Romero, entraram em cena os etnógrafos. Nina Rodrigues publicou o seu trabalho pioneiro sobre as religiões do negro na Bahia e em seguida se lançou a uma obra de maior fôlego, Os Africanos no Brasil, que deixou pronta para impressão na Bahia antes de partir ao encontro da morte em Paris. Dessa obra salvou-se parte, publicada, não em 1905, mas em 1932. Durante êsses longos 27 anos a cultura brasileira, que mal começava a interessar-se pelos problemas nacionais, tomava conhecimento de questões e teorias que, embora já angustiassem o mundo, só viriam a apresentar-se como problemas, aqui, alguns anos depois. Artur Ramos, que continuou os estudos de Nina Rodrigues, esteve a princípio mais interessado em interpretações e conclusões, como psicanalista, e não na pesquisa dos dados — dos inúmeros dados — que faltavam para poder tentar essas interpretações e conclusões. A crítica a O Negro Brasileiro fez com que Artur Ramos se decidisse pela abordagem antropológica. Era tarde, porém. Tendo de aprender outra técnica — ao mesmo tempo que mantinha o seu consultório psicanalítico — não lhe foi possível aprofundar o conhecimento da realidade brasileira, por um lado, nem livrar-se da simples comparação mecânica de culturas, que supunha ser a diretriz de Nina Rodrigues e a que, em muitas ocasiões, tentou dar precedência sobre a dinâmica do contato cultural, e mais especialmente a aculturação. Era, não um pesquisador de campo, mas um estudioso de gabinete — do seu gabinete particular. Sempre que teve de aventura-se em campo desconhecido, não palmilhado ainda por outrem, não pôde fazer mais do que a simples notação de fenômenos que não conseguiu entender, seja em si mesmos, seja na sua ligação viva com a cultura nacional.

E, entretanto, o trabalho de base não se fez.

Permito-me transcrever trechos do trabalho que apresentei à I Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, 1953), propondo uma re-orientação dos estudos do negro:

"... o negro, por força de circunstâncias histó-

ricas, jamais esteve isolado do resto da população — nem mesmo quando se refugiou nos quilombos ou se lançou à insurreição armada. Como estudá-lo, portanto, senão como uma das parcelas do povo, como um dos elementos do quadro social, como um dos detalhes da paisagem? A valorização inconsiderada do negro, a que assistimos nestes últimos vinte anos, não levou em conta a reciprocidade de influências. Se certas formas culturais africanas permaneceram, outras desapareceram por completo. Se o negro, com a sua presença, alterou certos traços do branco e do indígena, sabemos que estes, por sua vez, transformaram toda a vida material e espiritual do negro...

"... O interesse com que nos devemos lançar à pesquisa não deve cifrar-se, mecânicamente, à descoberta de sobrevivências, nem à verificação sumária da influência do negro, mas captar os processos atuais, de cada época e de cada região, por meio dos quais certos traços se conservaram em relativo estado de pureza, outros pereceram e ainda outros, dotados de maiores atrativos, encontraram o caminho para a sua aceitação social."

~~_____~~

~~_____~~

O ensaio que estou preparando pretende levantar a história social da escravidão do ângulo particular da assimilação e da ascensão social do negro — ou seja, os seus aspectos positivos.

Antecedentes

A primeira pista para a solução do problema que me proponho surgiu quando, por solicitação do professor Josué de Castro, então presidente da Comissão Nacional de Alimentação, comecei a estudar a etnogênese dos pratos e iguarias que nos acostumamos a chamar africanos. Eu não desejava levantar receitas, nem avaliar o seu teor energético. Interessava-me descobrir como, quando e por que os quitutes da Bahia e do Maranhão tinham

surgido na dieta do brasileiro.

Tive de estudar a alimentação do escravo e isto me envolveu em problemas correlatos, de trabalho, de vida social, de liberdade, que naturalmente se ligavam a problemas gerais, de produção e de mercado, de população e de desenvolvimento econômico e social. As preferências do tráfico e as mudanças de interesse econômico que nortearam o desenvolvimento das várias regiões brasileiras foram tópicos obrigatórios nesse estudo. A circunstância de ter sido a Bahia o porto de chegada dos negros da Costa da Guiné, ou da Mina, que são em grande parte responsáveis por essas iguarias, impôs o estudo de todos êsses problemas em plano local; mas, como era da Bahia que os negros da Costa da Mina se encaminhavam para a mineração, e posteriormente para os serviços domésticos nas cidades do Nordeste, a análise se estendeu a tôda esta grande área de presença do negro sudanês. Tendo já investigado os cultos e o folclore, do ponto de vista dos grupos sudanês e banto, eu me considerava em condições de poder atribuir, com justiça, a um e a outro, aquêles elementos com que na realidade contribuíram para a cultura brasileira.

Vi-me, de repente, ante um problema novo. Passado quase um século após a cessação do tráfico, aquilo que era, talvez, uma contribuição tribal havia tomado, já, outro caráter, como elemento cultural nacional, — ou seja, não pertencia mais a esta ou àquela tribo, mas assumira um tom geral, que às vêzes se circunscrevia ao negro, outras vêzes participava de tôda a nossa cultura. Como explicar êsse problema, senão pelos caminhos da assimilação? E, portanto, quais os processos pelos quais o negro se assimilou à sociedade brasileira?

Ora, ao raiar a República, já era patente a contribuição cultural do negro. Não somente o negro se assimilara à sociedade brasileira: ascendera socialmente também, começando a competir com o antigo senhor. Como teria o negro encontrado o seu caminho para a ascensão social, para se transformar de escravo em cidadão?

Partindo da indagação de como o negro colorira a dieta do brasileiro, eu tinha divisado novos, mais amplos e mais ricos horizontes. Explorei os novos caminhos em trabalho apresentado à I Reunião de Antropologia, em aulas no curso de Antropologia do Museu do Índio e no Curso de Pesquisa-

dores Sociais do CBPE, em conferências no II Seminário de Estudos Mineiros da Universidade de Minas Gerais, no Instituto de Pesquisas Educacionais da PDF e na Associação Cultural do Negro, de São Paulo, em artigos e ensaios vários, em curso/sôbre o legado do negro nas Faculdades de Filosofia de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná.

Esta experiência me deu, recentemente, a possibilidade de demonstrar a unidade, em plano nacional, dos cultos de origem africana no Brasil, combinando a análise histórica à análise etnográfica, e de fazer o levantamento das formas nacionais assumidas pelas danças angolenses e conguesas primitivamente chamadas batuque.

Plano do trabalho

Pretendo examinar, principalmente, a assimilação e a ascensão social do negro, durante a escravidão.

Enquanto a assimilação supõe maior compulsão do senhor sôbre o escravo, a ascensão social supõe uma crescente liberdade do escravo em relação ao senhor. Como se terá produzido esta mudança nas relações entre ambos? Enquanto o negro foi o braço agrícola, a obra de assimilação não encontrou empecilhos para a anulação das diferenças tribais entre os escravos. Tendo começado a chegar regularmente levadas de escravos logo após a instituição do governo geral, o período de assimilação forçada se estende, praticamente, até a primeira metade do Século XVIII. A partir daí a crescente urbanização do negro começa a partir os vínculos antigos — e a produzir a revalorização dos padrões tribais de cultura do negro. Evidentemente, o processo de urbanização já se vinha produzindo, esporadicamente, desde muito antes: há notícia de negros fôrros e libertos já antes da conquista holandesa do Nordeste. A assimilação continua o seu curso, mas não sem entraves, como outrora: o negro, mais livre, resiste à imposição da língua, da religião, dos costumes. Podemos dizer, assim, que a escravidão serviu, ao mesmo tempo, como niveladora e como selecionadora de traços culturais do negro.

O tipo de economia predominante no Brasil explica êsse desmoronamento interno do sistema escravocrata — as contradições que o iriam condenar ao desaparecimento. Dependente do mercado internacional, o Brasil te-

ve altos e baixos na sua produção de mercadorias. Exemplifiquemos com o açúcar. Quando os preços indicavam uma grande aceitação do produto, maior número de braços escravos era utilizado; quando, porém, os mercados consumidores se retraíam, era necessário ao senhor retirar do trabalho produtivo alguns escravos. O excedente era empregado em outros serviços, quase sempre na área do serviço doméstico comum. A queda contínua de preços do açúcar resultou no marasmo econômico do Nordeste, em ~~_____~~ ^{fins} do Século XVII, de tal modo que a exploração do ouro e dos diamantes lhe roubou, permanentemente, a liderança do país, em benefício do sul. Enquanto todo negro chegado às minas era imediatamente posto a trabalhar nas catas, crescia o número de escravos improdutivos no Nordeste, aumentando consideravelmente a famulagem do senhor. Situação idêntica se produziu com a própria mineração, mais tarde, e com o café, embora com a intervenção de outros fatores além do simples jôgo do mercado internacional.

Nesta perspectiva tomam forma e sentido os processos de assimilação e de ascensão social.

a) Assimilação

~~_____~~ Entre outros, serão considerados os seguintes fatores de assimilação:

— o trabalho (cana de açúcar, ouro e diamantes, algodão, café, pesca da baleia, artes e ofícios, atividades de tipo industrial, prestação de serviços, etc.);

— a língua;

— a religião;

— as relações de família;

— o serviço militar;

e, naturalmente, a moldura natural do quadro da assimilação,

— a vida social brasileira.

b) Ascensão social

Os fatores de assimilação constituem, por sua vez, os caminhos de ascensão social do negro.

A compulsão do trabalho, que foi a mais constante, impôs a língua, a

alimentação, o traje, os hábitos de trabalho e de repouso, as relações familiares, a etiqueta, a disciplina e os castigos, e até certo ponto a religião, mas, dependendo da atividade econômica principal, da maior ou menor tradição, como senhor, dos responsáveis pelo trabalho (em Minas Gerais, por exemplo, ^(muitos)/mineradores eram novatos na posse de escravos), do grau de interesse que a exploração econômica despertava no momento histórico, o negro encontrou, nessas mesmas compulsões, oportunidades diversas de ascensão social — a sua maior distância do senhor, a sua liberdade.

O trabalho, por si mesmo, criou na massa escrava distinções que serviriam como degraus para a liberdade:

- o negro de campo;
- o negro de ofício;
- o negro doméstico.

Este último, que, embora mais próximo do senhor, estava também mais longe do trabalho produtivo, deu dois subtipos nas cidades:

- o negro de aluguel;
- o negro de ganho.

Os tipos de trabalhadores criados pela escravidão correspondem, se bem examinados, não somente a fases determinadas do trabalho social, necessário, mas também à especialização e à diversificação do trabalho. O negro de campo foi o braço agrícola — não apenas a bêsta de carga, mas o trabalhador mais sujeito à discricão do senhor. Ainda em plena fase do café, era o senhor quem dispunha da sua vestimenta, da sua alimentação, da sua habitação, do seu tempo. Ao negro de campo estão associados os castigos mais atrozes, as brutalidades mais terríveis. O feitor não tem sentido fora do campo. Ao lado do negro de campo, houve sempre o negro de ofício. Este era o trabalhador qualificado: nos primeiros anos, o homem da moenda de açúcar, em seguida especializado em profissões ancilares, barbeiro, se- leiro, colchoeiro, ferreiro, pedreiro, etc., as negras em cozinheiras, doceiras, costureiras. O padrão de vida do negro "de partes" ou "oficial" sempre foi o duplo do do negro de campo e o seu preço ultrapassava de muito o do seu colega do eito. Embora trabalhasse para o senhor, e servisse, como os demais escravos, às necessidades gerais, o negro de ofício gozava de relativa liberdade e, eventualmente, podia trabalhar para estranhos e

melhorar os seus rendimentos. Já o negro doméstico, produto da ociosidade a que as flutuações do mercado internacional forçavam a nossa economia, esteve mais próximo ainda do senhor do que o negro de campo, mas em relação completamente diferente. Pagem, moço de recados, capanga, criado, quando homem, mucama, quando mulher, — entre escravos e senhores se desenvolveram relações primárias, que se traduziram em "crias da casa", "afilhados", "pessoas de confiança", etc., a quem o senhor preferia nas suas demonstrações de generosidade. ~~Os escravos domésticos, que eram preparados para o serviço doméstico de outrem, eram chamados de negros de aluguel e de negros de ganho.~~

~~Os escravos domésticos, que eram preparados para o serviço doméstico de outrem, eram chamados de negros de aluguel e de negros de ganho.~~ Os excedentes do negro doméstico deram, nas cidades, o negro de aluguel e o negro de ganho: os primeiros eram preparados, cuidadosamente, pelo senhor, para o serviço doméstico de outrem; os segundos surgem quando, esgotadas as possibilidades de preparo de negros para determinadas ocupações, o senhor se viu na contingência de aceitar propostas dos seus escravos, no sentido de poder ganhar a vida de acôrdo com a sua iniciativa individual, pagando-lhe certa quantia por semana. Enquanto o negro de aluguel rendia dinheiro ao senhor, — embora, pelo seu preparo, estivesse mais a salvo tanto do seu arbítrio como dos senhores eventuais, — o negro de ganho vivia à sua custa, muitas vêzes sem avistar o senhor senão quando, ao fim da semana, lhe levava as patacas devidas. Esta divisão do trabalho, somada à urbanização da massa escrava, resultante das flutuações do mercado exterior, explica por que o Treze de Maio beneficiou apenas 750 000 negros, menos de um décimo da população de côr.

Em suma, o negro encontrou o caminho para a ascensão social à medida que se ~~destacou~~ destacou da massa anônima e estabeleceu relações primárias (de confiança e de respeito mútuos) com o senhor.

A "influência" do negro

Uma constatação que tem escapado aos estudiosos do negro é a de que sômente quando teve mais liberdade, já como negro doméstico, pôde o escravo exercer a sua tão propalada "influência". Isto significa que não foi o negro ~~desta~~ desta ou daquela tribo, mas o negro brasileiro o responsável pelos traços ^(culturais) que agora chamamos africanos.

~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~

Isto se refere à vestimenta e à alimentação tanto quanto à vida pública em geral. Como poderia a negra, que ainda nas plantações de café trazia apenas uma tanga sôbre os quadris, passar ao traje da crioula (baiana), senão depois de penetrada da cultura brasileira? Como disseminar na população branca as iguarias que chamamos africanas, senão no gôzo de uma relativa liberdade de iniciativa como cozinheira, ~~negra~~ negra doméstica? De que modo aprender artes e ofícios mecânicos, preparar-se para o desempenho de tarefas especiais (barbeiro, ferreiro, calafate, etc.), ganhar a ~~finura~~ ^{finura} ~~de trato~~ ^{cabra} necessária para bem servir como pagem, mucama, ~~de confiança~~ ^{de confiança}, guarda-costas? Os vários cultos tribais foram suprimidos pela escravidão, enquanto o negro não teve a liberdade necessária para instaurá-los fora da área de arbítrio do senhor: quando isso acontece, porém, o culto dominante, de tipo nagô, já não é inteiramente africano, ~~apoia-se~~ ^{apoia-se} na religião católica (reinterpretação) para sobreviver, perde algumas das suas práticas e grande número das suas divindades. As formas de luta africanas fundem-se com formas de luta européias e indígenas para dar a capoeira, que desde o nome denuncia a sua caracterização final no Brasil. E, vivendo a vida popular das cidades, o negro se mistura a tôdas as suas manifestações, enterros, casamentos, festas tradicionais, cerimônias de todo tipo, transmitindo e aceitando traços culturais, como elemento participante dela.

A reivindicação, dessa "influência" decisiva para o negro brasileiro, será uma das orientações do trabalho em preparo.

Os processos de "influência"

Em muitos casos, a "influência" do negro teve origem em iniciativas

deliberadas dos senhores ou do Estado, outras vêzes foi o resultado imperativo de condições econômicas e sociais particulares.

As Irmandades do Rosário são um exemplo do primeiro tipo. Essas Irmandades foram criadas especialmente para os escravos mais cordatos, mais penetrados da cultura brasileira. O seu aparecimento, em todo o Brasil, data da primeira metade do Século XVIII — e, significativamente, o seu quadro social compõe-se, em maioria, de negros angolenses, os mais numerosos no Brasil de então. Antonil, em 1711, aconselhava aos senhores permitir que os escravos se organizassem nessas Irmandades... Entretanto, a relutância e a cautela da Igreja fizeram com que o cargo mais importante ficasse, obrigatoriamente, nas mãos de um branco — o de Tesoureiro. Tôdas essas Irmandades registram, a princípio, uma fase de grande atividade, para, afinal, perder completamente a sua importância para o negro. Que aconteceu? O negro via nessas Irmandades uma coisa sua — e desejava realizar as suas festas ao seu modo, isto é, queria contratar o sacerdote da sua confiança, os músicos que escolhesse. No Rio de Janeiro, na Bahia, no Recife, a Igreja se opôs a êsse desejo e, embora consentisse na contratação dos músicos, não concordou com a contratação do sacerdote. O negro se desinteressou da Irmandade, de tal modo que, quando o culto de tipo nagô se instaurou no país, a êle aderiu de preferência à religião católica. Já então não havia mais a exigência de nação para a admissão na Irmandade: já não era o negro orientado pelo senhor que ingressava na Irmandade, mas o negro brasileiro já meio dono do seu nariz.

Os reis do Congo são outro exemplo. Ficção criada para manter a ordem entre os escravos, deu resultado apenas durante a primeira fase de urbanização do negro. Logo se transferiu para o folclore, incorporando-se às congadas, ou se transformou nos cortejos populares do afóxé e do maracatu.

O serviço militar recebeu, desde cedo, o excedente do negro urbano. A solução era interessante para os senhores, que se livravam dos ônus do seu sustento, e para os escravos, que escapavam ao seu arbítrio. Quando o país estêve em perigo, durante a invasão holandesa, nas lutas pela Independência na Bahia, na guerra com o Paraguai, o serviço militar tinha um novo atrativo — a liberdade. Mas o que era uma providência eventual se tornou um costume vigente em todo o período colonial. Os regimentos de pardos e

pretos e os Têrços de Homens Pretos (Henriques) prepararam sargentos e oficiais, ~~experiência~~ experiência mais tarde aproveitada pelas forças armadas do Brasil independente.

A mineração fornece exemplos da criação de oportunidades de "influência" do negro por condições sócio-econômicas superiores à vontade dos indivíduos. É o caso das quitandeiras e dos garimpeiros (na acepção que o termo tinha nas minas, na ocasião), como aquêle grande Isidoro lembrado por Joaquim Felício dos Santos. O negro não chegava às minas como braço agrícola, mas como negro de ofício. O instrumental da mineração foi em grande parte uma invenção do negro e Eschwege nota que a siderurgia nasceu em Minas pela mão de dois negros es cravos... O número de negros fôrros e libertos, quer por sua própria iniciativa, quer pela generosidade dos novos senhores, foi maior em Minas do que em qualquer outro ponto do país, no mesmo lapso de tempo.

A avaliação desta "influência" não é fundamental no trabalho em preparo, que se destina a avaliar os processos pelos quais o negro se integrou à sociedade brasileira e nela encontrou o seu lugar, como cidadão.

O tráfico de escravos

Para situar o problema, pareceu necessário iniciar o livro com o exame do tráfico de escravos.

Infelizmente, ninguém tentou ainda um estudo dêsse vasto empreendimento comercial que, a despeito de todos os seus aspectos brutais e dolorosos, trouxe para o Brasil negros fortes, sadios e afeitos ao trabalho. Poucos brasileiros haverá que sejam capazes de apontar no mapa da África as áreas do tráfico, quanto mais os portos freqüentados pelos tumbeiros e o habitat das várias tribos que aqui se representaram. Êsse trabalho já devia estar feito, mas não está — não se pode considerar como tal o livro de Afonso de Taunay. Assim, o livro tentará mostrar:

- as sucessivas etapas do conhecimento da África pelos portugueses e os seus estabelecimentos na Costa;
- o comércio da Guiné;
- o comércio de Angola e da Contra-Costa (Moçambique);
- o comércio da Costa da Mina;

- o dinheiro do tráfico;
- as companhias de navegação;
- história sucinta e importância relativa (na África) das tribos importadas;
- os fortes de Ajudá e da Mina;
- mortalidade de escravos nos tumbeiros;
- mercados e leilões de escravos;
- marcas de nação;
- preços e marcas de escravos;
- distribuição de escravos no Brasil;
- condições e peripécias da travessia marítima.

A campanha abolicionista

Como parte final do livro, haverá uma análise serena e objetiva da campanha abolicionista.

As declamações de então continuam a reboar ainda agora — e para muita gente a escravidão foi apenas, como o faziam crer os abolicionistas, os castigos, as brutalidades e as desumanidades do senhor.

Esta parte do livro tentará mostrar como e por que surgiu a idéia abolicionista, as vacilações dos seus líderes, a transigência com o Trono por ocasião da guerra com o Paraguai, a senectude das leis do ventre-livre e dos sexagenários e o verdadeiro valor do Treze de Maio, "o fruto que pendia de apodrecido", como escreveu Sílvio Romero.

E, por outro lado, tentará avaliar a contribuição positiva, das juntas de alforria e das sociedades de José do Patrocínio e Antônio Bento, para a libertação de escravos.

A abolição parcial (Ceará e Amazonas) será examinada nas suas verdadeiras proporções, assim como a batalha judiciária pela liberdade dos "ingênuos".

Utilidade do trabalho

Todo êsse material será utilizado didaticamente — isto é, cada assunto será tratado, exaustivamente, em separado dos demais, de maneira a dar ao leitor uma visão geral de cada problema, senão a sua solução.

Por exemplo, o capítulo sobre a religião como fator de assimilação terá subcapítulos autônomos sobre o batismo, a instrução religiosa, a participação em cerimônias de Igreja, em festas tradicionais, em cerimônias rituais (rites de passage) dos brancos, as Irmandades do Rosário, as ladaí-nhas públicas, etc., como o capítulo sobre o trabalho agrícola terá subca-pítulos sobre o horário de trabalho, as tarefas atribuídas a cada negro ou negra, o trabalho extra, a tamina, a vestimenta, a alimentação, o roçado particular do escravo, os perigos do trabalho, etc.

Tentarei fazer o trabalho de base que não se fez ainda, de modo a ser- vir ao conhecimento geral do Brasil e ao entendimento de vários aspectos particulares da vida do negro, no passado e no presente.

Fontes

As fontes a utilizar no trabalho serão, principalmente,

— as crônicas do período colonial, como, entre outras, Cultura e O- pulência do Brasil, de Antonil, a Notícia da capitania da Bahia, de José Antônio Caldas (1759), as Cartas de Vilhena, a Viagem de África em o reino de Dahomé, ~~etc.~~ etc.;

— as crônicas de viajantes estrangeiros, Eschwege, Mawe, Débret, Ru- gendas, Maria Graham, Koster, Ribeyrolles, Pohl, etc.;

— os panfletos abolicionistas, como a Memória analítica acêrca do co- mércio d'escravos e acêrca dos males da escravidão doméstica, de Burlama- qui, a Carta aos fazendeiros e comerciantes fluminenses sobre o elemento servil, o Manual do Elemento Servil, de Miguel Tomás Pessoa, etc.;

— os depoimentos brasileiros do século passado, como Viagens e obser- vações de um brasileiro, de Antônio Moniz de Souza, a Memória sobre a fun- dação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, do barão de Pati do Alferes, etc.;

— os documentos históricos, do Grão-Pará, do Livro Grosso do Maranhão, dos códices mineiros, as atas da Câmara da Bahia, Cartas Régias, etc.;

— os estudos contemporâneos, de Afonso de Taunay, de João Dornas Fi- lho, de Stanley Stein, de Ciro de Pádua, de Luís Viana Filho, de J. F. da Silva Lima, de Maurício Goulart, etc.;

— os trabalhos estrangeiros contemporâneos de Maria Archer, de Ed-
~~etc.~~

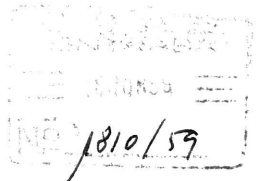
mundo Corrêa Lopes, de Bascom, de Herskovits, de Ruth Landes, etc.

Evidentemente, dou aqui apenas algumas das fontes a utilizar, sem a preocupação de arrolá-las tôdas, mas de caracterizá-las.

A fim de não complicar a exposição, o livro não terá chamadas ao pé da página.

Rio de Janeiro, 15 junho 1959.

Prof. Darcy Ribeiro
 Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais
 Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
 NESTA



A^c DEPS
 16.6.59
 A

Prezado Senhor

Tomo a liberdade de apresentar a V.S. o plano de um trabalho meu, a elaborar, sôbre O Negro Escravo no Brasil, na esperança de que possa interessar ao esforço informativo e educativo desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Sabe V.S. que, desde os tempos do abolicionismo, os trabalhos aparecidos sôbre a escravidão nada mais têm sido do que uma simples repetição de números, de horrores, de argumentos jurídicos, de declamações contra a hediondez da instituição servil. Esta tendência tem prejudicado, enormemente, a compreensão dos problemas suscitados pela presença do negro na população brasileira e pela sua contribuição ao tipo de civilização desenvolvido aqui.

O plano que submeto à apreciação de V.S. tem, por objetivos fundamentais, estudar as condições em que se processou a assimilação do negro — a sua passagem de escravo a cidadão — e, como consequência, a sua ascensão social. Se os estudos sôbre o negro e sôbre a escravidão não estivessem tão abandonados, a obra poderia limitar-se a êsses dois aspectos, mas, na verdade, para pôr abaixo as noções correntes, pré-fabricadas, sôbre todo o período, será necessário acrescentar duas partes - uma sôbre o tráfico, como empreendimento comercial, e outra sôbre a campanha abolicionista.

Os dados que pretendo coordenar nessa obra há muito deviam

estar sistematizados. Esta é uma dívida nossa para com o negro - ou seja, para com 37,5 % da população nacional (1950). O livro será, assim, uma espécie de abc, ponto de partida para outros estudos, de pormenor, sobre aquela famosa influência ou contribuição do negro que só de modo formal tem sido reconhecida pelos nossos ensaístas.

Tive oportunidade de expor os resultados das pesquisas que venho empreendendo sobre a assimilação e a ascensão social do negro em aulas no Museu do Índio, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Instituto de Pesquisas Educacionais da PDF, em conferência no Seminário de Estudos Mineiros e em cursos sobre o negro nas Faculdades de Filosofia do Recife, da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná, além de em alguns artigos em publicações várias.

O plano que apresento dá, pois, uma idéia mais do que sumária do conteúdo da obra, cuja importância V.S. — que me propiciou algumas das aulas citadas — tem elementos para avaliar.

Quando terminada, a obra constará de, pelo menos, duzentas folhas datilografadas.

A abordagem do material, dadas as circunstâncias sumariadas acima, terá de ser ao mesmo tempo histórica e etnográfica.

Em virtude das diferenças regionais - históricas, geográficas e econômicas - do Brasil, a apresentação dos problemas não pode limitar-se a um desses ângulos de visão. Em Minas Gerais, por exemplo, o negro atingiu, ao mesmo tempo, várias etapas sucessivas na sua urbanização, antecipando o que só no século seguinte iria acontecer em todo o país. E em ocasião alguma a população negra foi homogênea: as preferências do tráfico e a movimentação interna dos escravos, para servir às novas explorações econômicas, complicaram a paisagem humana de tal modo que se torna imprescindível a ajuda da etnografia.

A assimilação e a ascensão social do negro não podem ser entendidas sem a integração das abordagens histórica e etnográfica. E, por isso mesmo, impõem a inclusão, na obra, das partes referentes ao tráfico negreiro e à campanha abolicionista.

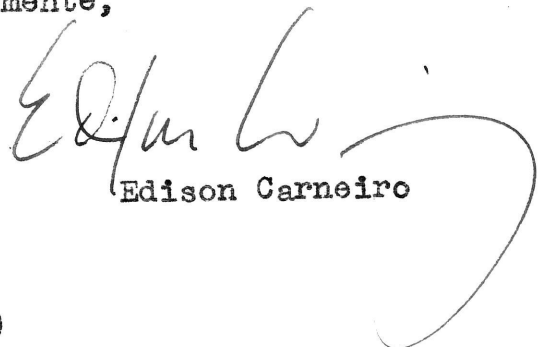
Serão utilizados, como fontes, monografias e estudos brasileiros, anais da Câmara e do Senado do Império, atas das Câmaras coloniais, relatos de cronistas estrangeiros que visitaram o Brasil, trabalhos etnográficos nacionais e estrangeiros sobre as tribos africanas aqui chegadas, coleções de documentos históricos brasileiros, cartas e documentos particulares, jornais do tempo, etc.

Exigirá seis meses o trabalho de pesquisa (complementar) e de confecção d'O Negro Escravo no Brasil, para o qual peço a importância global de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150 000,00).

Se isto não contraria a praxe, pediria a V.S. considerar o pagamento da terça parte dessa importância em prestações de vinte (a primeira) e de quinze mil cruzeiros (as duas últimas), no primeiro trimestre de vigência do contrato de confecção do trabalho.

Aguardo o pronunciamento de V.S. sobre esta proposta.

Cordialmente,



Edison Carneiro

Cupertino Durão, 121, apt 202 (Leblon)

Tel. 27.2763

Plano do livro (a elaborar)

O NEGRO ESCRAVO NO BRASIL

de Edison Carneiro

I - A empresa do tráfico

Companhias - As direções do tráfico: Guiné, Angola, Costa da Mina - Comércio de mercadorias com a África: ouro, marfim, panos da Costa; aguardente, tabaco, búzios, dendê - Os povos alcançados pelo tráfico: seu estado cultural e localização de seus elementos no Brasil - Marcas de nação - Traficantes - O transporte de negros (navios negreiros) - Os armazéns de escravos: perdas do tráfico, marcas e contramarcas, preços, período de aclimação - Negros novos, ladinos e crioulos - A especulação com os escravos: as dívidas da lavoura - Redistribuição de escravos - Tráfico interno

II - Assimilação

O trabalho do escravo nos engenhos, nas minas, nas fazendas de café - "Pau, pão, e pano" - O negro na pecuária, nas bandeiras, na Amazônia - O negro nos algodoais - Opiniões correntes sobre a capacidade de assimilação das várias tribos - Supressão das línguas, das religiões e dos costumes do negro - As milícias de prêtos e pardos (Henriques) - Os castigos corporais - As festas tradicionais: juizes e reis - Mortes por doença e por estafa - O banzo, os quilombos e as insurreições - O tratamento de escravas e moleques - Deformações de trabalho - A alimentação do negro - Tamina - Horário de trabalho - Vestimenta - A mãe negra

III - Ascensão social

Trabalhadores: vaqueiros, pescadores de baleia, preadores de índios, mineradores, agricultores - Os tipos de trabalhadores criados pela escravidão: os negros de campo, de ofício e doméstico - Negros

fôrros e libertos - Negros fugidos e capitães do mato - O negro de ofício - O negro nas lutas contra os holandeses, na guerra da Independência, na guerra do Paraguai - O negro doméstico - O séquito do senhor - Os contadores de estórias - O capoeira - Preparo do negro para ganhar a vida: negro de aluguel - Os empregados em explorações artesanais e industriais - O negro de ganho como fac-totum nas cidades - Comidas, religiões, Irmandades, juntas de alforria, vestimentas, folclore - A valorização do braço escravo

IV - A campanha abolicionista

Os tratados internacionais - O projeto de José Bonifácio - Os argumentos de Hipólito da Costa - A lei de 1831 - A abolição do tráfico (Eusébio de Queiroz) e o surto de progresso conseqüente - As Sociedades abolicionistas - A guerra do Paraguai e a lei do ventre-livre - Desorientação dos abolicionistas - A lei dos sexagenários - Fugas de escravos - Os republicanos paulistas e a abolição - Os caifazes - José do Patrocínio e Luís Gama - A libertação dos ingênuos - Treze de Maio - A queima dos documentos do tráfico - O atraso da campanha abolicionista

V - Conclusões

O caráter da integração do negro à vida nacional - Situação atual e perspectivas

C. B. P. E.

Rio de Janeiro, 13^{de} de Dezembro de 1961.

DEPS-0-61-61

Ilmo. Sr.

Prof. Edison Carneiro

Rua Cupertino Durão, 121 - apto 202

N E S T A

Nº 1393/61

Prezado professor:

Tendo encerrado o prazo de entrega da monografia sob sua responsabilidade, e, estando já há algum tempo sem quaisquer notícias a respeito, dirijo-me a V.S., em nome do professor Darcy Ribeiro, afim de solicitar um relatório sucinto sobre o andamento do estudo e a indicação do prazo em que V.S. julga possível concluí-lo.

A urgência do nosso pedido se explica face à necessidade de providenciar a publicação dos diversos estudos atendendo, no tempo devido, aos compromissos assumidos com a direção do C.B.P.E.

Contando com sua colaboração, apresento meus protestos de estima e apreço

Rm

Rosa Maria Monteiro

C. B. P. E.

DEPS - 64/60

Rio de Janeiro,
4 de agosto de 1960.
893/60

Ilm^o. Sr.
Prof. Edison Carneiro
Rua Cupertino Durão, 121, Apt^o. 202
NESTA

Meu caro colega:

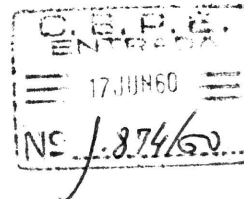
Tendo já encerrado o prazo previamente fixado para a entrega do projeto a você confiado, quero lembrar-lhe da urgência que tenho de receber o mesmo, dentro do mais curto período.

Espero contar com sua colaboração no sentido de enviar pelo menos, um relatório que me permita conhecer o andamento do seu trabalho.

Atenciosamente,


Darcy Ribeiro

C. B. P. E.

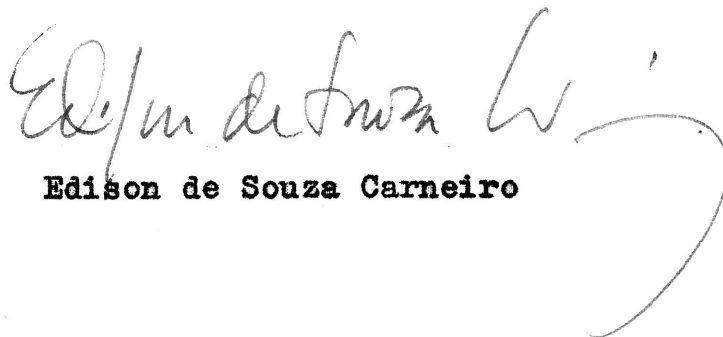


Rio de Janeiro, 14 de junho de 1960

Aos Srs. Diretores do
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Ref. Projeto CBPE 84 - DPS 19/59

Pela presente declaro que a importância por mim recebida, nesta data, de Cr\$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros), não corresponde à entrega do trabalho prevista no projeto respectivo, representando um adiantamento a mim feito, obrigando-me a, no menor prazo possível, entregar a parte do trabalho já coberta por este pagamento.


Edison de Souza Carneiro

/nos

Edison Carneiro

O louvável interêsse de relacionar o folclore com a sociedade em que se verifica levou o Congresso de Folclore de Pôrto Alegre a tomar a decisão infeliz de recomendar "estudos de comunidade" nas pesquisas a empreender e de singularizar "as manifestações de cultura de folk" como matéria preferencial de observação, registro e interpretação por parte dos folcloristas.

Tentando orientar dêsse modo as pesquisas de folclore, o Congresso invadiu o campo mais geral da antropologia, reinstalando uma confusão que parecia ter-se esclarecido desde 1951, e, sob a alegação de fomentar as boas relações entre os cultores das ciências sociais, praticamente propôs a auto-anulação do folclorista, ao indicar, como objetivo dêste, "o estudo mais completo e integral do homem brasileiro nas diferentes manifestações de sua cultura".

Esta ampliação injustificável das fronteiras do folclore denuncia total desconhecimento de conceitos — por sinal muito em voga — da antropologia, na hora exata em que o folclore trava batalhas decisivas por se fazer reconhecer como uma das ciências sociais.

* * *

A expressão "estudo de comunidade", que tantas vêzes ocorre na resolução do Congresso, refere-se ao estudo de uma sociedade particular — de um município, por exemplo — como parte da sociedade geral. Emilio Willems lembra que, nos últimos trinta anos, a antropologia alargou o seu campo de trabalho a fim de abranger, além das "primitivas", outras comunidades "que até então pareciam reservadas à sociologia". Com efeito, o estudo de comunidade está afeto à antropologia social, área do conhecimento científico em que se confundem os limites da antropologia e da sociologia. Embora, teoricamente, o estudo de comunidade possa ter por centro de interêsse o folclore, a experiência tem demonstrado que o antropólogo examina todo o universo da comunidade de preferência para captar processos sociais e culturais que, pela sua simplicidade local, são uma réplica mais inteligível do que acontece em sociedades mais complexas.

Autor de um desses estudos (Cunha - Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil, 1947), Willems declara ter utilizado a cultura caipira como "o pano de fundo" do problema a que realmente se dedicava, e da mudança cultural. Charles Wagley e Eduardo Galvão, com os seus trabalhos sobre a comunidade a que deram o nome de Itá, dão-nos um exemplo melhor. Wagley (Amazon Town, 1953) fez o estudo "de uma cultura, do estilo de vida criado pelo homem no vale amazônico do Brasil", enquanto Galvão (Santos e Visagens, 1955), que se interessou pela vida religiosa do caboclo (santos, bichos visagentes, pajelança, etc.), rejeita a maioria dos estudos existentes sobre a matéria, "orientada por um interesse aparentemente folclórico", e afirma que, ao interpretar os dados da pesquisa, a sua preocupação foi, não tanto "o aspecto psicológico ou a gênese folclórica de crenças e atitudes, porém a sua função social", o seu condicionamento por fatores sócio-econômicos peculiares a Itá e à região. Os estudos de comunidade empreendidos por Oracy Nogueira e por alguns antropólogos americanos — Donald Pierson, Harry Hutchinson, Marvin Harris e Ben Zimmerman, entre outros, — no Brasil confirmam a regra de que estas pesquisas de antropologia social visam ao entendimento do estilo de vida local — um progresso sobre as monografias de outrora — ou utilizam a comunidade como laboratório de análise de processos culturais e sociais de interesse geral.

A resolução do Congresso declara que os estudos de comunidade permitem "o conhecimento das manifestações folclóricas em sua totalidade, dentro do contexto da sociedade em que aparecem", mas logo reduz tão larga perspectiva, acentuando que servirão "para revelar, através de amostras, o folclore de uma região cultural". Poucos serão os folcleristas que se contentem com amostras. Terá utilidade estudar toda a estrutura de uma comunidade, empregando recursos de outras ciências sociais, a fim de entender as manifestações folclóricas "dentro do contexto da sociedade", para, afinal, trazer apenas algumas amostras que o revelem ?

* * *

Não se pode confundir folk culture, de conceituação mais ampla, com folclore.

Cultura de folk não supõe necessariamente o folclore. Não são os elementos constitutivos, — o folclore seria um deles, se fôsse o caso, —

mas o grau de participação dos indivíduos, que caracteriza a cultura de folk. Ralph Linton (O Homem: uma introdução à Antropologia, tradução brasileira, 1943) arrumou os elementos dessa participação individual na cultura em três categorias principais, chamadas Universais, Especialidades e Alternativas, que me permite lembrar aqui como se identificam: Universais, "os elementos culturais — as idéias, hábitos e respostas emocionais condicionadas — os quais são comuns a todos os membros adultos normais da sociedade"; Especialidades, "os elementos culturais compartilhados pelos membros de certas categorias socialmente reconhecidas de indivíduos, mas não compartilhados pela população total", ou seja, as profissões e ocupações; Alternativas, "diferentes reações às mesmas situações ou diferentes técnicas para alcançar os mesmos fins", de que podem ser exemplo, na sociedade civilizada, "a utilização de cavalos, bicicletas, estradas de ferro, automóveis, aeroplanos, para o mesmo fim de transporte; nossas variadas técnicas de ensino; ou nossa larga variedade de crenças e atitudes em relação ao sobrenatural".

Linton escreve, então:

"A diferença entre as culturas de folk e as civilizações modernas ... é principalmente uma questão de proporção entre o núcleo formado pelos Universais e pelas Especialidades e a zona fluida das Alternativas. As culturas de folk pertencem a unidades sociais pequenas, altamente integradas, e a agregados dessas unidades que já alcançaram ajustamento recíproco satisfatório. Nessas culturas os itens novos não aparecem com frequência e a sociedade tem muito tempo para submetê-los a testes e para assimilá-los aos padrões preexistentes. Em tais culturas o núcleo quase que constitui o todo".

O conhecido ensaio de Robert Redfield, The Folk Culture of Yucatan, traduzido no Brasil como Civilização e Cultura de Folk, 1949, revela o gradient entre a cultura de folk e o que chamamos civilização, à base de pesquisa em quatro comunidades iucateques, uma aldeia tribal, uma povoação, uma vila e uma cidade "grande". Tentativa de comparação da natureza da cultura, partindo da sociedade homogênea para a sociedade heterogênea, de modo a permitir o reexame dos conceitos de desorganização, de secularização e de individualização da cultura, somente um dos seus doze capítulos trata

4

de folclore regional -- as festas de orago, com os folguedos populares correspondentes. Pode-se talvez extrair, da obra de Redfield, a definição de cultura de folk como uma sociedade homogênea, capaz de ser descrita "em termos de um só corpo organizado de entendimentos convencionais".

Assim, a cultura de folk pode ou não incluir o folclore, mas, em qualquer caso, compreende também outros elementos culturais que transcendem desse campo particular.

* * *

Com esta mistura de conceitos mal compreendidos, a resolução do Congresso parece eleger, como núcleos legítimos de folclore, apenas os minúsculos agregados humanos fora-de-mão. Se não, pode-se imaginar um folclorista a realizar estudo de comunidade em Nova York, em São Paulo, em Moscou, para poder apresentar, "na sua totalidade, dentro do contexto da sociedade", os elementos folclóricos que tenha pesquisado ?

Parece improvável que se tenha meditado bem antes de aprovar uma resolução tão extraordinária, que despreza todos os avanços já obtidos no estudo científico de folclore.

Quem ler o documento de Porto Alegre pode perguntar-se, aliás, para quê, afinal, toda esta exibição de terminologia científica, mesmo mal empregada como está, pois a segunda parte da resolução propõe entendimentos com vários órgãos públicos e privados para fazer exatamente o contrário do que se sugere no começo -- para levantar, em pesquisas "de amplitude nacional", o folclore da cachaça, do café, do açúcar, do mate, do trigo e do cacau...

Estavam nublados os horizontes de Rio Grande em ~~agosto~~ de 1959.

julho

— A resolução do Congresso, tomada na mesa redonda sobre pesquisas folclóricas, sugere, na parte aqui examinada,

"que se utilize o processo de estudo de comunidade, o qual, sendo cientificamente mais completo, permite o conhecimento das manifestações folclóricas em sua totalidade, dentro do contexto da sociedade em que aparecem, inclusive para revelar, através de amostras, o folclore de uma região cultural;

"que nestes estudos de comunidade, utilizando os mesmos métodos e técnicas das ciências sociais (observação participante, entrevistas, questionários, etc.), sejam observadas, registradas e interpretadas, especificamente, as manifestações de cultura de folk, sem prejuízo de outros aspectos da vida social que possam ser estudados pela antropologia, pela sociologia, pela etnologia ou por outras ciências sociais; ...

"que, tendo em vista o estado atual das ciências sociais no Brasil, se intensifiquem os estudos interdisciplinares, estabelecendo-se um recíproco sistema de cooperação entre folcloristas, antropólogos, sociólogos, etnólogos, etc., no sentido de estudo mais completo e integral do homem brasileiro nas diferentes manifestações de sua cultura".

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Projeto CBPE-84-DEPS-19/59

Almir de Castro, Diretor Executivo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Darcy Ribeiro, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, acordam com Edison Carneiro a realização de uma pesquisa sobre "O Negro Escravo no Brasil", de acordo com o plano de trabalho abaixo transcrito:

O NEGRO ESCRAVO NO BRASIL

I - A empresa do tráfico

Companhias - As direções do tráfico: Guiné, Angola, Costa da Mina - Comércio de mercadorias com a África: ouro, marfim, panos da Costa; aguardente, tabaco, búzios, dendê - Os povos alcançados pelo tráfico: seu estado cultural e localização de seus elementos no Brasil - Marcas de nação - Traficantes - O Transporte de negros (navios negreiros) - Os armazéns de escravos: perdas do tráfico, marcas e contra-marcas, preços, período de aclimação - Negros novos, ladinos e crioulos - A especulação com os escravos: as dívidas da lavoura - Redistribuição de escravos - Tráfico interno.

II - Assimilação

O trabalho do escravo nos engenhos, nas minas, nas fazendas de café - "Pau, pao e pano" - O negro na pecuária, nas bandeiras, na Amazônia - O negro nos algodões - Opiniões correntes sobre a capacidade de assimilação das várias tribos - Supressão das línguas, das religiões e dos costumes do negro - As milícias de pretos e pardos (Henriques) - Os castigos corporais - As festas tradicionais: juizes e reis - Mortes por doença e por estafa - O banzo, os quilombos e as insurreições - O tratamento de escravos e moleques - Deformações de trabalho - A alimentação do negro - Tamina - Horário de trabalho - Vestimenta - A mãe negra.

III - Ascensão social

Trabalhadores: vaqueiros, pescadores de baleia, preadores de índios, mineradores, agricultores - Os tipos de trabalhadores criados pela escravidão: os negros de campo, de ofício e doméstico - Negros fôrros e libertos - Negros fugidos e captaes do mato - O negro de ofício - O negro nas lutas contra os holandeses, na guerra da Independência, na guerra do Paraguai - O negro doméstico - O séquito do senhor - Os contadores de estórias - O capoeira - Preparo do negro para ganhar a vida: negro de aluguel - Os empregados em explorações artesanais e industriais - O negro de ganho como fac-totum nas cidades - Comidas, religiões, Irmandades, juntas de alforria, vestimentas, folclore - A valorização do braço escravo.

IV - A Campanha abolicionista

Os tratados internacionais - O projeto de José Bonifácio - Os argumentos de Hipólito da Costa - A lei de 1831 - A abolição do tráfico (Eusébio de Queiroz) e o surto de progressão conseqüente - As Sociedades abolicionistas - A guerra do Paraguai e a lei do ventre-livre - Desorientação dos abolicionistas - A lei dos sexagenários - Fugas de escravos - Os republicanos paulistas e a abolição - Os caifazes - José do Patrocínio e Luís Gama - A libertação dos ingênuos - Treze de Maio, A queima dos documentos do tráfico - O atraso da campanha abolicionista.

V - Conclusão

O caráter da integração do negro à vida nacional - Situação atual e perspectivas.

DURAÇÃO DA PESQUISA

É previsto um prazo de 6 (seis) meses para a realização desta pesquisa, a partir de setembro de 1959.

ORÇAMENTO

Para custear este projeto fica destinada a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) que

CBPE

deverá ser paga em 3 (três) prestações, a saber:

1ª prestação de 25%, no ato da assinatura do contrato	Cr\$ 37.500,00
2ª prestação de 25%, contra a entrega do relatório preliminar sobre a abordagem metodológica, a 30 de novembro de 1959	Cr\$ 37.500,00
3ª e última prestação de 50%, na entrega dos originais para publicar, na forma de um livro de 350 páginas, aproximadamente	<u>Cr\$ 75.000,00</u>
Total	Cr\$ 150.000,00

Rio, de setembro de 1959

a) Almir de Castro
Diretor Executivo do CBPE

a) Darcy Ribeiro
Coordenador da DEPS

a) Edison Carneiro